Proc. TC-021.452/2012-1
Tomada de Contas Especial
Recursos de Reconsideração

Parecer

Trata-se de Recursos de Reconsideração interpostos pela Fundação Rubens Dutra Segundo e pela Senhora Crisélia de Fátima Vieira Dutra, Presidente da entidade, contra o Acórdão 7.906/2014 - Primeira Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenou-os solidariamente em débito e aplicou-lhes de forma individual a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/92.

2. Registre-se que a presente tomada de contas especial foi instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em decorrência da não aprovação da prestação de contas dos recursos federais repassados à referida fundação por conta do Convênio n.º 1873/2001, com vistas à aquisição de computadores para equiparem o Hospital Memorial Rubens Dutra Segundo, em Campina Grande/PB, especificamente no apoio à prevenção e ao tratamento do câncer. Tendo em vista que o hospital não logrou êxito em se credenciar junto ao SUS para atendimento na área de oncologia, a aprovação da prestação de contas ficou condicionada à doação dos computadores a outras instituições que pudessem utilizá-los na aludida área de especialização, situação que a Fundação Rubens Dutra Segundo não logrou comprovar e da qual resultou a prolação da deliberação ora guerreada.

3. O exame empreendido pela Secretaria de Recursos resultou em proposta uniforme de conhecer dos apelos, para, no mérito, negar-lhes provimento, uma vez que não foi apresentada qualquer evidência da correta utilização dos computadores para melhoria do atendimento do SUS (peças 38 a 40).

4. De fato, como asseverado na instrução produzida na Serur (peça 38), os recorrentes não lograram demonstrar a doação dos equipamentos a outras instituições que atuassem no apoio à prevenção e ao tratamento do câncer e nem mesmo evidenciaram sua utilização em outros serviços de atendimento aos usuários do SUS.

5. No entanto, após a manifestação da Serur, foram apensados novos documentos, a saber: i) tratativas entre a Fundação Rubens Dutra Segundo e a Fundação Pedro Américo para a doação dos equipamentos (peça 41), ii) pedido de desentranhamento da peça 41 dos autos, uma vez que a doação de bens seria carente de autorização da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal da Fundação Rubens Dutra Segundo (peça 42); e iii) alteração do estatuto social da Fundação Rubens Dutra Segundo, que passaria a assumir as atribuições da Sociedade Campinense de Combate ao Câncer, nos termos do art. 3º, Parágrafo Primeiro (peça 43).

6. No que diz respeito à apresentação de documentos novos, o art. 160, § 1.º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, faculta à parte a juntada de documentos novos, desde a constituição do processo até o término da etapa de instrução, que acontece quando o titular da Unidade Técnica emite seu parecer conclusivo.

7. De outra parte, o § 3.º do mesmo dispositivo assevera que o término da etapa de instrução não constitui óbice ao direito da parte de distribuir, após a inclusão do processo em pauta, memorial aos ministros, ministros-substitutos e ao representante do Ministério Público.

8. Contudo, essa apreciação posterior, que precede a fase de julgamento, mediante memorial a ser distribuído às autoridades, não nos parece a melhor forma de homenagear os princípios da ampla defesa e do contraditório. Oportuno, então, invocar a Resolução/TCU n.º 36, de 1995, que encerra a discussão sobre a apreciação da novel documentação, porquanto estabelece o seguinte procedimento em seu art. 12:

“Em qualquer etapa do processo, desde sua constituição até o momento da inclusão em pauta, é facultada ao responsável ou interessado a apresentação de documentos, comprovantes de fato novo superveniente, que afetem o mérito do processo, mediante expediente escrito e dirigido ao Relator.”

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Ministério Público

9. O relator, nos termos do parágrafo único desse dispositivo, ao tomar conhecimento dos novos documentos, poderá determinar o reexame da matéria.

10. Nesse diapasão e tendo em vista que a entidade conveniente passou a assumir as atribuições da Sociedade Campinense de Combate ao Câncer, o que eventualmente pode constituir fato novo superveniente apto a ocasionar mesmo a descaracterização da irregularidade pela qual foram condenados os recorrentes, entendemos adequada a restituição dos autos à Unidade Técnica para a análise dos novos documentos juntados aos autos.

11. Ante o exposto, em observância ao princípio da ampla defesa e do contraditório, esta representante do Ministério Público manifesta-se, preliminarmente, por que seja autorizada a juntada dos novos documentos aduzidos pela parte e por que seja determinada a restituição dos autos à competente Unidade Técnica para que examine tal documentação. Na eventualidade de não ser acolhida tal preliminar, que os autos retornem a este Gabinete, para a devida manifestação quanto ao mérito envolvido nos recursos *sub examine*.

Ministério Público, 19 de maio de 2016.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral